

**SUBVERSIVOS OLHARES EPISTEMOLÓGICOS:  
EXPERIÊNCIAS QUE ATRAVESSAM DAS AÇÕES AFIRMATIVAS  
À RUPTURA COM O EPISTEMICÍDIO<sup>1</sup>**

***SUBVERSIVE EPISTEMOLOGICAL LOOKS:  
EXPERIENCES THAT CROSS FROM AFFIRMATIVE ACTION  
TO BREAKING WITH EPISTEMICIDE***

Sabrina Finamori<sup>2</sup>

Rafaela Rodrigues de Paula<sup>3</sup>

Steffane Pereira Santos<sup>4</sup>

**RESUMO**

O presente trabalho objetiva traçar como a Lei de Ações Afirmativas, ao propiciar as condições de acesso de pessoas negras enquanto estudantes nas universidades, promove, ao mesmo tempo, um giro epistemológico nas produções acadêmicas, que são questionadas e interpeladas por tais estudantes ao ocuparem uma nova posição enquanto produtores e não objeto do conhecimento (KILOMBA, 2019). É também neste contexto que as condições, não só de acesso como também de permanência, são discutidas e as redes de apoio no ambiente

95

<sup>1</sup> Uma versão prévia deste artigo foi apresentada na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia.

<sup>2</sup> Professora adjunta do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG e pesquisadora do Grupo de Estudos de Gênero e Sexualidades – GESEX. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e Mestre em Antropologia Social pela mesma universidade. Foi ainda pesquisadora pós-doc no Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, entre 2013 e 2015. Seus interesses de pesquisas perpassam os seguintes temas: parentesco, família, maternidade, gênero, sexualidade. e-mail: sabrinafinamori@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, na Universidade Federal de Minas Gerais – PPGAn-UFMG. Pesquisadora do Grupo de Estudos de Gênero e Sexualidades – GESEX. Graduada em Ciências Sociais (Licenciatura) na mesma universidade. Possui interesse nas áreas de Gênero, Raça e Educação, desenvolvendo pesquisa com esses marcadores nas trajetórias de trabalhadoras domésticas negras. e-mail: depaularafaelar@gmail.com.

<sup>4</sup> Mestranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, na Universidade Federal de Minas Gerais – PPGAn-UFMG. Pesquisadora do Grupo de Estudos de Gênero e Sexualidades – GESEX. Bacharela em Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Constrói o Coletivo Retomadas Epistemológicas, coletivo antiepistemicídio, que se articula objetivando a retomada de saberes contra hegemônicos. Possui interesse em estudos de gênero, raça, mulheres negras e hip-hop, com enfoque no feminismo negro e produção epistêmica. e-mail: steffanespereira@gmail.com.

acadêmico são criadas. Assim, acionamos duas perspectivas de análise, a saber: (1) o lugar da experiência (SCOTT, 1998) e a dimensão da posicionalidade (HARAWAY, 1995) de nossa trajetória frente à lei de cotas e (2) a mobilização de epistemologias contra-hegemônicas e decoloniais construídas por intelectuais negres na área das Ciências Sociais que travaram embates frente ao epistemicídio que silencia as nossas vozes.

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas; Epistemicídio; Produção Epistêmica.

## ABSTRACT

*This paper aims to trace how the Affirmative Action Law, by providing the conditions for access for black people as students at universities, at the same time promotes an epistemological turn in academic productions, which are questioned and challenged by these students as they occupy a new position as producers and not objects of knowledge (KILOMBA, 2019). It is also in this context that the conditions, not only of access but also of permanence, are discussed and support networks are created in the academic environment. Thus, we triggered two perspectives of analysis, namely: (1) the place of experience (SCOTT, 1998) and the dimension of positionality (HARAWAY, 1995) of our trajectory in the face of the quota law and (2) the mobilization of counter-hegemonic and decolonial epistemologies built by black intellectuals in the field of Social Sciences who fought against the epistemicide that silences our voices.*

**Keywords:** Affirmative Action; Epistemicide; Epistemic Production.

## INTRODUÇÃO

Não tem dor que perdurará  
Nem o teu ódio perturbará  
A missão é recuperar  
Cooperar e empoderar  
(Eminência Parda, Emicida Dona Onete, Jé Santiago e Papillon [2019])

Em 2022, o aniversário de 10 anos da implementação da Lei 12.711/2012 é marcado por muitas reflexões em torno de seus efeitos, dentre os quais as importantes mudanças que foram colocadas em curso na operação e nos modos de fazer epistemológico dentro das universidades públicas brasileiras. As ações afirmativas demarcam uma nova etapa da produção epistêmica, apontando para o horizonte onde corpus negres<sup>5</sup> ingressaram não apenas enquanto

---

<sup>5</sup> Optamos, neste artigo, por acionar a linguagem inclusiva em termos de gênero. Ver a este respeito CASSIANO, 2020. A depender do caso, contudo, acionaremos outras formas para destacar de modo crítico a predominância de uma identidade de gênero num campo, por exemplo, o masculino universal onipresente na bibliografia disciplinar clássica.

corpos físicos, mas enquanto história, vivência e experiência, em um processo que resgata o que nos foi tirado: o acesso à educação formal.

“Nos foi”, pois este trabalho é escrito por três antropólogas. Sendo duas antropólogas negras e cotistas e uma docente branca que acompanhou o curso do início da modificação do cerne do ambiente acadêmico. E estamos em diálogo com as pessoas que vieram antes de nós, desafiando o fazer antropológico e resgatando para o centro dessa análise a nossa experiência, menos como evidência e mais como algo que possibilita historicizar as identidades (SCOTT, 1998). Cabe apontar que propomos uma forma específica de condução da narrativa em tela, articulando nossa reflexão a partir de nossas experiências subjetivas e nos propondo a fazer um trabalho de revisão bibliográfica apreendendo contribuições acerca das ações afirmativas no país através de uma produção epistêmica situada (HARAWAY, 1995). Por meio de uma revisão teórica que discute a colonialidade do saber (MIGNOLO, 1995) estabelecida ao longo do tempo, trazemos à reflexão seus efeitos na prática da produção acadêmica e no estabelecimento do epistemicídio (CARNEIRO, 2005).

O presente trabalho objetiva traçar como a Lei de Ações Afirmativas, ao promover a inserção de alunes negres nas universidades, conseqüentemente propõe um giro epistemológico nas produções das universidades, que são questionadas e interpeladas por estudantes ao ocuparem uma nova posição enquanto produtorus e não objeto do conhecimento (KILOMBA, 2019), bem como, propicia a permanência e criação de redes de apoio no ambiente acadêmico.

Assim incorpora-se duas perspectivas de análise, a saber: (1) o lugar da experiência (SCOTT, 1998) e a dimensão da posicionalidade (HARAWAY, 1995) de nossa trajetória de estudantes negras cotistas em uma universidade federal e de uma docente que acompanhou o processo de implementação das ações afirmativas, e (2) a revisão e mobilização de epistemologias contra-hegemônicas e decoloniais construídas por intelectuais negres na área das Ciências Sociais. Argumentamos que a produção contra-hegemônica é fundamental no embate travado contra o epistemicídio que silencia as nossas vozes. Constitui também parte da resistência e da materialização doS nossos sonhos insubmissos, que foram potentes vetores para que possamos estar ocupando este espaço atualmente, construindo redes de resistência e permanência, rompendo, assim, com a lógica de operação do silenciamento de corpos

subalternizados e dando passos para que corpos subalternos possam falar (SPIVAK, 2010).

O presente trabalho é dividido em quatro seções. A primeira delas, busca explorar o processo de implementação das ações afirmativas no Brasil, enquanto um resultado da articulação incessante dos movimentos negros brasileiros; nela abordamos dados e percepções sobre sua vigência e instituição. A segunda seção se debruça sobre o corpo enquanto um produtor de saberes pensando sobre o *locus* de um corpo negro e cotista, arraigado às suas subjetividades e experiências, inserido na universidade. A terceira se dedica a mapear coletividades inseridas nas universidades brasileiras que atuam no enfrentamento da modificação dos currículos dentro das Ciências Sociais, mobilizando as experiências de algumas universidades. A última seção, versa sobre a perspectiva que está incorporada na produção epistêmica, que compreende a presença de uma epistemologia dominante que paira sobre os modos de fazer, engendrando silenciamentos.

## **1. LEI DE COTAS, PARA ALÉM DO INGRESSO DE PESSOAS NEGRAS**

Em 2022, celebramos os dez anos da Lei Federal nº 12.711 sancionada em agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, a qual garante a reserva de 50% das matrículas por curso nas universidades e instituições federais do país. Tais vagas são direcionadas para estudantes egressos de escolas públicas, desse total, metade para aqueles com renda per capita familiar de até 1,5 salário mínimo e outra metade das vagas para cotas raciais e de deficiência, sendo essas últimas proporcionais aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em relação à quantidade de pessoas indígenas, negras (pretas e pardas) e pessoas com deficiência da unidade da Federação onde está situada a universidade ou instituição federal (BRASIL, 2012).

Especificamente tratando dos ingressos de pessoas pretas e pardas pela reserva de vagas, as pesquisas subsequentes à implementação da Lei, não deixaram dúvidas quanto à relação causal entre tal lei e o aumento de matrículas de pessoas negras nas universidades. Analisando os ingressos por meio de reserva de vagas referentes ao critério racial em comparação ao total de ingressos em universidades federais e estaduais, captados pelo Censo da Educação Superior

(CES) entre os períodos de 2009 e 2016, pesquisadores indicaram um crescimento de quase 10 vezes mais alunos no último ano do período em relação ao período inicial, sendo o número de cotistas crescendo em ritmo superior ao crescimento geral dos ingressos das universidades (OLIVEIRA; VIANA; LIMA, 2019).

Silva (2020), a partir dos dados disponibilizados em 2017 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) e pelo Censo da Educação Superior (CES), apontou para o aumento do Índice de Inclusão Racial (IIR) nas universidades, argumentando que o acesso por meio de vagas reservadas saltou de 13% para mais de 39% entre 2012 e 2017 (SILVA, 2020).

Assim dizendo, não há dúvidas em relação à efetividade das cotas raciais para aumento da inclusão e acesso de pessoas negras às universidades. Em 2022, completados dez anos da sanção da lei, estava prevista uma revisão, conforme no artigo sétimo da referida lei, que não dava maiores detalhes de como isso seria feito, mas cuja intenção, de modo geral, era compreender os efeitos a longo prazo em relação ao objetivo inicial da lei, enquanto política de ação afirmativa, de diminuição, ou até liquidação de desigualdades, na instituição de uma igualdade de oportunidades (MATTOS, 2018)<sup>6</sup>. No presente artigo, argumentamos que a amplitude dos efeitos da Lei de Cotas e, especificamente a reserva de vagas para pessoas negras (pretas e pardas), vai além do simples ingresso de estudantes negres no ensino superior, provocando “paulatinamente, modificações na própria cultura universitária” (MATTOS, 2018, p.338) e nas trajetórias dessas pessoas.

As trajetórias de cotistas nas universidades tornaram-se instrumentos fundamentais de pesquisa para pensar as políticas de ações afirmativas e seus alcances (CARVALHO, 2011). Vasconcelos (2020) realizou uma sistematização da literatura, a partir de revisões bibliográficas entre os anos 2013-2017, apontando que dentre os usos mais comuns das trajetórias de cotistas em pesquisas se destacam aqueles voltadas para comparação de desempenhos educacionais entre cotistas e não cotistas. Em virtude de tais pesquisas aferirem apenas resultados acadêmicos, a pesquisadora (2020) propõe a utilização de uma abordagem mais propositiva e

---

<sup>6</sup> Em 2023, a Lei de Cotas foi revista, passando a incluir quilombolas e a renda familiar de acesso às cotas de baixa renda também foi alterada para um salário mínimo per capita.

que consiga abarcar outras dimensões do contexto universitário como a colocada por Felicetti e Cabrera (2017) no qual “o estudo das trajetórias acadêmicas dos estudantes destaca as dificuldades que estes enfrentam, indicando aspectos a serem aprimorados, criados ou alterados no ambiente estudantil” (VASCONCELOS, 2020, p.42).

Neste artigo, então, iremos nos ater às experiências situadas e coletivas, enquanto duas cotistas negras e uma docente branca que têm vivenciado a implementação das cotas. Seguindo Scott (1998), consideramos a experiência não como uma evidência incontestável, mas como algo que, ao ser interpelado, possibilita historicizar as identidades produzidas. Ao mobilizarmos nossas histórias, que carregam suas semelhanças e diferenças, pretendemos não apenas contar um pouco do perfil de cotistas formado ao longo dos anos e o impacto de suas presenças nas universidades, mas também, trazer contribuições para se pensar novas trajetórias de cotistas, e novos caminhos para essa política.

Permitam então, que contemos um pouco da nossa história: nós cotistas, somos duas mulheres negras, com vinte e dois anos, ambas ingressaram pela reserva de vagas de cotas raciais no ano 2018 no curso de graduação de Ciências Sociais. Egressas de escolas públicas de Minas Gerais, respectivamente das cidades de Oliveira e Santa Luzia. Somos integrantes do *Coletivo Retomadas Epistemológicas*, juntamente com outras pessoas negras (cotistas e não cotistas).

Eu, Sabrina, sou docente do curso desde 2016. Sendo uma pessoa branca, pertencente à primeira geração de minha família a acessar o ensino universitário, experienci, como estudante, uma universidade que, se por um lado, tinha características menos elitistas que em décadas anteriores, ainda era marcada pela presença de um público estudantil sobretudo branco<sup>7</sup>. Desde meu ingresso como docente numa universidade federal não só essa proporção se alterou em decorrência da lei de cotas como também o cotidiano em sala de aula e, de modo mais amplo, o próprio debate epistemológico foi profundamente afetado por essas trajetórias que trouxeram tensionamentos cruciais à academia. Meu primeiro contato com o coletivo *Retomadas Epistemológicas* se deu pelo encontro com cartazes espalhados no prédio da

---

<sup>7</sup> No ano 2000, 78,8% das matrículas no ensino superior no país eram realizadas por pessoas que se autoidentificavam como brancas (PETRUCCELLI, 2004).

faculdade com frases provocativas, como “Professora, como assim você nunca leu Lélia Gonzalez?”, além de outras tantas, na mesma linha, que, de modo perspicaz, devolvia o modo como docentes questionam em sala de aula o conhecimento de estudantes sobre autores considerados clássicos. Invertiam, assim, com humor e sagacidade, a acusação de ignorância que tantas vezes experienciaram de modo violento em sala de aula

O coletivo *Retomadas Epistemológicas*, fundado por estudantes de Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais em 2019, entre elus, nós, Steffane e Rafaela. O coletivo nasceu com o intuito de tensionar os currículos bases de matérias obrigatórias do curso de graduação. A ausência de autoras negres e indígenas, bem como de não brancos de uma maneira geral, demarca propriamente a dimensão do racismo e da colonialidade<sup>8</sup> (QUIJANO, 2007; 2009) que atravessa a estrutura institucional.

A tensão junto ao corpo docente trouxe embates complexos envolvendo perspectivas não apenas epistemológicas, mas também metodológicas. Provocou também, não sem embates, alterações na dinâmica cotidiana das interações pessoais na universidade, nos currículos, nos processos de ensino-aprendizagem e nas formas de se validar o conhecimento. Consideramos, nessa direção, fundamental levar em conta que a interseção de marcadores sociais da diferença forja, neste contexto, não apenas identidades, mas também situa perspectivas epistemológicas (COLLINS, 2019).

E é nesse espaço da Universidade Pública, na experiência diária enquanto estudantes negras e docente branca, e na atuação no coletivo *Retomadas Epistemológicas* que nós nos encontramos, passando a contribuir e fazer parte da história da Lei de cotas, e esta a fazer parte e construir nossa história também. A Lei de Cotas pode ser contada, explorada e revisitada a partir de diversos pontos. Nos propomos aqui a visibilizar nossas experiências sob nosso olhar compartilhado enquanto duas pesquisadoras cotistas e uma docente numa expectativa, como coloca Scott (1998) em que tal visibilização ofereça para além da historização, uma criticidade

---

<sup>8</sup> Acionamos o termo colonialidade pois estamos dizendo sobre a perpetuação de práticas coloniais em um contexto contemporâneo, que extrapola o tempo-espaço histórico da colonização, tendo em vista que as relações sociais são perpassadas por estas. Ver as contribuições “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” (2005) e “Colonialidade do poder e classificação social” (2009) de Aníbal Quijano.

e, principalmente, pontos de partidas para novas histórias de cotistas que chegarão às universidades através das ações afirmativas e futuros docentes oriundos dessa política.

## 2. A PRODUÇÃO DO SABER SOBRE O CORPO

O ingresso dos estudantes cotistas nas Universidades provoca mudanças significativas nas trajetórias desses, para além de transformações no âmbito profissional, percebe-se ao longo da trajetória universitária efeitos profundos em suas corporalidades e subjetividades.

Carvalho (2021), por exemplo, apontou a transcendência e potência das ações afirmativas para além do ingresso de estudantes negres, ao verificar as modificações estéticas de estudantes negres ao longo do curso de graduação. Segundo o autor, as ações afirmativas “têm promovido também uma reforma na constituição da estética corporal, no autorreconhecimento e na autoafirmação dessas pessoas” (CARVALHO, 2021, p.36). Assumir os cabelos cacheados e crespos, deixá-los crescer, passar por processos de transições capilares<sup>9</sup>, usos de tranças e outros adereços, camisas com mensagens e desenhos de intelectuais negres, tudo isso passa a compor a estética corporal desses estudantes.

Relembro ao início da graduação em 2018, quando eu, Rafaela, ao adentrar na universidade no começo do processo da minha transição capilar, depois de longos sete anos com os cabelos alisados, recordo da sensação de ter sido uma boa escolha ter realizado essa transição no início da experiência universitária. Por ali ter tido o contato com outras mulheres negras com os cabelos crespos e cacheados, e também por ser o espaço no qual entendia a partir de leituras e espaços de partilhas a dimensão política da estética para nós corpus negres, especificamente negros femininos (GOMES, 2012).

Colen e Jesus (2022) apontam esse processo, que nós cotistas fazemos de apoderar a produção do saber sobre o corpo, ao tomar contato com intelectuais negres, discursos por eles

---

<sup>9</sup> A “Transição Capilar” é caracterizada pela passagem dos cabelos quimicamente tratados para a textura natural, principalmente os cabelos cacheados e crespos. Tendo o seu surgimento nos Estados Unidos, logo ganhou muitas adeptas no Brasil, sendo impulsionado pelas redes sociais. Tal movimento tem como referências, jovens que passaram por essa experiência de modificação, que transforma, aos poucos, as suas imagens e que influencia diretamente em suas autoestimas (MATOS, 2016, p.845).

difundidos a partir das leituras, e também pelo convívio com outros estudantes negres nas universidades, passa-se a assumir esses discursos e conhecimento nas nossas manifestações estéticas e corpóreas, enxergando ali a universidade como o espaço seguro (COLLINS, 2019) para expressar nossa negritude.

Como aponta Gomes (2017), o corpo e a estética negra no Brasil foram, durante muito tempo, alvos de diversas violências, nos ambientes institucionais esses foram tolhidos de muitas maneiras, assim esse processo de assumir e “expressar a negritude começa a ser percebido socialmente como uma forma positiva de expressão cultural e da afirmação da identidade” (GOMES, 2017, p.94-95) e, como complementa a educadora, “A identidade se constrói de forma coletiva, por mais que se anuncie individual” (GOMES, 2017, p.94).

Tal coletividade, que vai sendo manifestada de diversas formas nas trajetórias e convívio entre nós cotistas, é também ressaltada por mim, Steffane, ao reafirmar e autodefinir minha trajetória no encontro com o coletivo *Retomadas Epistemológicas*, antes de tudo, uma virada de chave que elucidou formas contra hegemônicas de produção do conhecimento. As coletividades negras, como a Gestão Ponta de Lança marcam o meu encontro com epistemologias situadas que invertem a lógica predadora e subjugadora da produção epistêmica. Toda essa potência do caminhar de nós cotistas é travada com constantes embates e tensões na permanência de um espaço ambíguo, que nos permite construir novos processos de autodefinições (COLLINS, 2019) e autoafirmação, ao mesmo tempo que nos violenta de diversas formas.

O que enquanto pesquisadoras negras, temos executado na universidade é um processo continuado de formação de redes de alunes negres (LAU, 2017; CASSIANO, 2022) que engendram, por sua vez, um espaço confortável para a autodefinição, criando uma centralidade subversiva, como apontam Nicolau (2021) e Collins (2019). Assim, não somente social e espacialmente o âmbito das universidades é modificado, como também as produções que são realizadas por estudantes negres e indígenas.

Para Sabrina, esse processo tem sido experienciado como docente cotidianamente em sala de aula, onde a questão racial menos do que debate teórico estritamente, é algo encarnado numa partilha intensa com estudantes e seus questionamentos, incômodos, embates,

aprendizados conjuntos e busca de novos caminhos. Uma relação na qual a formação política, os modos de aprender e fazer ciência, a dimensão do racismo estrutural são postos em debate a todo momento a partir das experiências pessoais, da busca por novas bibliografias e pela reflexão sobre a ocupação do espaço de produção de conhecimento.

A permanência de estudantes cotistas têm sido um dos grandes desafios para cotistas e pesquisadoras negres ao terem que enfrentar (muitas vezes suportar) diretamente preconceitos e obstáculos nas relações de convívio das universidades, bem como, uma violência epistêmica nas formações curriculares (CARVALHO, 2021). Como bem aponta Jesus (2011) em relação às cotas raciais, enquanto uma modalidade das políticas afirmativas, elas devem vir acompanhadas de um ideal maior que o ingresso de tais pessoas, mas vir acopladas por ações afirmativas, que busquem uma permanência de qualidade para essas pessoas dentro do ensino superior.

### **3. TENSÕES NA PRODUÇÃO DO SABER**

Estudantes cotistas passam a entrar nas universidades e a questionar esse espaço e toda estrutura ali presente, de professoras aos currículos, promovendo “tensões curriculares” (CLEMENCIO, 2019) dentro do espaço acadêmico. Essa espécie de tensão é abordada por Arroyo (2012), ao eleger como Outros aqueles que antes não pertencentes e nem alvos de determinados espaços, no entanto, passam a ocupá-los e a questioná-los. Especificamente, o educador se questiona: “Em que aspecto essas presenças afirmativas de Outros Sujeitos, interrogam as teorias pedagógicas e pressionam por Outras pedagogias? (ARROYO, 2012, p.26).

A questão colocada pelo educador é traçar um caminho para perceber em que medida a tensão gerada no espaço acadêmico, está justamente ligada à formação do público alvo para o qual esse espaço, estrutura institucional e curricular foi pensada. É necessário deixar de enxergar os currículos, não só universitário, mas da educação como um todo, como um simples processo de transmissão de conhecimentos e conteúdo (CLEMENCIO, 2019; GOMES, 2012). Partilhamos, assim, a perspectiva de que o currículo tem “um caráter político, cultural, racial e

histórico e constitui uma relação social, no sentido da produção de conhecimento nele envolvido, que se realiza por meio de uma relação entre pessoas” (CLEMENCIO, 2019, p.151).

E é exatamente desse lugar que os cotistas têm se mobilizado “reivindicado o seu reconhecimento, provocando tensões, ao se articularem em prol de seus valores, estéticos, étnicos, de saberes, conhecimentos, linguagens, formas de pensar o real e de pensar-se, por vezes não presentes nos currículos dos Cursos” (CLEMENCIO, 2019, p.151). Vimos acima as diferenças numéricas de acesso à universidade pela população negra brasileira ao longo dos anos, explicitando, assim, quem foi o público alvo durante anos das universidades, quem era a maioria nas salas de aulas. Seria muita inocência acreditar que mudando (ainda que lentamente) o perfil dos estudantes universitários, poderiam se continuar pensando em uma mesma universidade, um mesmo currículo. A pergunta que nos permeia enquanto estudantes oriundas das ações afirmativas, é como essas questões não foram pautadas pelo corpo docente? Como não houve incorporação de autoras negras após tanto tempo?

Como docente, eu Sabrina, tenho experienciado uma complexa relação com essas perguntas postas pelas estudantes. Ao longo da minha formação na graduação, meu interesse por debates sobre gênero me levou a leituras de bibliografias sobre marcadores sociais da diferença, cuja produção se espraia pelas perspectivas da interseccionalidade, pós-colonialidade e decolonialidade. Ao mesmo tempo, contudo, se, como estudante, tive um farto acesso em sala de aula à produção pós-colonial de autoras indianas ou aos escritos decoloniais de autoras latino-americanas, apenas vim a conhecer e ler Lelia Gonzalez ou Patricia Hill Collins muitos anos depois, já como professora, junto a estudantes cotistas que reivindicavam a leitura dessas autoras. Como costumo brincar, fui apresentada a essas autoras, não por minhas professoras, mas por minhas alunas. Alunas que eram e são, como as duas co-autoras deste artigo, mulheres negras cotistas, que, em diferentes frentes, chacoalham as estruturas da universidade. Participando ativamente da reformulação dos currículos e convidando docentes a também tomar parte do processo de repensar os cânones. Demandando escrever uma monografia com um referencial teórico inteiramente composto por pessoas negras. Questionando sobre as desigualdades de gênero e raça presentes nos referenciais bibliográficos elencados como leituras obrigatórias nas disciplinas que ofertamos. Construindo coletivos como o *Retomadas*

*Epistemológicas* que são centrais tanto para o fortalecimento da experiência de estudantes cotistas quanto para a reinvenção da própria universidade.

Retomando, as perguntas das estudantes cotistas, autoras deste artigo: como essas questões não foram pautadas pelo corpo docente? Como não houve incorporação de autoras negras após tanto tempo? Como docente branca, que vivenciou a universidade desde o início dos anos 2000, primeiro como estudante, depois como docente de uma universidade particular mais elitizada e, finalmente, como professora de uma universidade federal alguns anos depois da implementação da lei de cotas, sugiro que essa resistência tem a ver com nossa ignorância, no sentido estrito, em relação à produção de intelectuais negres tanto quanto com nosso comodismo em não nos questionar sobre os sentidos mais profundos dos motivos da existência da própria lei de cotas.

Nosso encontro com intelectuais negres brasileiros e com estudantes negres que reivindicam auto reconhecimento como sujeitos da produção de conhecimento, nos demanda nos havermos com o fato de que a questão racial vai muito além de um objeto de pesquisa, compondo nossas subjetividades e nossas relações interpessoais cotidianas em todos os espaços, inclusive os acadêmicos. E isso nos obriga, em última instância, a também nos confrontarmos com os privilégios que já vivenciamos, simplesmente por sermos pessoas brancas, tomando consciência das artimanhas do pacto da branquitude (BENTO, 2022).

A tensão curricular, que, inicialmente, pode se apresentar como uma mera reivindicação de um currículo diverso, abre caminhos para outras tensões dentro desse espaço. É o que Tulio Silva (2021) também demonstra, ao relatar o incômodo e descontentamento de um professor universitário da Universidade Federal de Minas Gerais, em relação à reivindicação realizada pelo coletivo *Retomadas*, o autor relata a posição do professor do curso, em colocar de forma debochada e desrespeitosa a demanda de tal coletivo em suas redes sociais, alegando uma pretensa neutralidade dos currículos.

Como aponta Clemencio (2019), o questionamento dos currículos faz com que pensemos um novo projeto educativo dentro das universidades, que inclusive questiona o modo de atuação docente, estacionado, por vezes, nos espaços confortáveis de seus gabinetes e

pesquisas, e que quando são questionados ou interpelados por essas novas corporalidades, continuam parados num lugar de relutância aos questionamentos.

O coletivo *Retomadas Epistemológicas* operou dentro do curso de graduação, uma modificação nos modos de operação e condução da transmissão do conhecimento que atravessou discentes e docentes. À circulação das inquietações discentes de um coletivo, foram expostas o resto do corpo discente que, de maneira autônoma, passou a ler e estudar, bem como mobilizar em seus trabalhos nos eixos das disciplinas perspectivas contra-hegemônicas.

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), apresentou movimentação no mesmo sentido, tensionando a operação epistemológica das universidades públicas brasileiras. O próprio diálogo travado pelo coletivo *Retomadas Epistemológicas* com outras universidades com estudantes de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) demarca essa multidimensionalidade do entrave frente ao racismo e à colonialidade.

Importante ressaltar que esses questionamentos aos currículos das universidades, que se estende a outras práticas e relações ali presentes, “não se limitam a criticar e desestabilizar as bases da pedagogia hegemônica, mas constroem e afirmam Outras pedagogias” (ARROYO, 2012, p. 30), e é exatamente essa Outra pedagogia, esse Outro currículo, essa Outra prática docente que é a aterrorizada e geradora de mais tensões. Ao mesmo tempo, que não são as pessoas cotistas ou outros estudantes negres que criam essa oposição entre os currículos, mas sim, a impossibilidade e não abertura do currículo “reconhecido” para a inclusão das demandas que essas pessoas apontam que fazem esse lugar de oposição como único possível de sobrevivência para essas demandas e produções de conhecimento.

Nesta mesma direção, Arroyo (2012) irá apontar como colocar demandas de povos subalternizados como Outras, ao mesmo tempo que afirma o lugar hegemônico de uma produção de conhecimento, também gera uma exclusividade nesse “latifúndio do saber” (ARROYO, 2012, p.33).

#### 4. O QUE SE ALINHA NO HORIZONTE? DESLOCANDO A PRODUÇÃO EPISTÊMICA

A produção epistemológica é constituída por um campo de disputa de poder. Grupos dominantes são detentores de formas de validação hegemônicas dentro do processo epistemológico. Que por sua vez, estipula aquilo que acreditamos e porquê. Há assim, um mito da neutralidade e a perspectiva falaciosa de um único sujeito produtor de conhecimento.

Essa dimensão, atravessada pelo racismo e colonialidade, não incorpora que o grupo dominante que aponta os critérios de validação epistêmica em contexto ocidental e ocidentalizado é propriamente homogêneo, formado por homens brancos, cis-heterossexuais e localizados geografica e epistemologicamente no eixo norte do mundo. Existe, portanto, um sujeito do conhecimento hegemônico personificado enquanto masculino, branco, cis-heterossexual e de classe privilegiada, que perpetra uma forma mono de legitimação epistêmica (COLLINS, 2019).

Assim, como traz Trouillot (2016), qualquer narrativa histórica é, antes de tudo, um conjunto de silêncios. Qualquer narrativa é parcial. Na mesma direção em que Haraway (1995) aborda que a história é uma estória, contada por entusiastas da cultura ocidental e a ciência por sua vez, elucida antes de tudo, um campo de poder.

Nessa mesma perspectiva, reiteramos que qualquer narrativa epistemológica é um conjunto de silêncios. Na medida que se vislumbra uma perspectiva mono da produção epistemológica suprime-se modos contra-hegemônicos de produção do conhecimento, os desqualifica, mas não apenas isto, silencia os corpos não brancos, haja vista que estes são despojados de serem compreendidos enquanto sujeitos<sup>10</sup> epistemológicos e colocados em condição de Outrordade, que por sua vez, sob a luz das contribuições de Kilomba (2019), é tudo com o que a branquitude não quer se parecer, são corpos que não pertencem, isto é, não são passíveis de serem compreendidos enquanto sujeitos. E isso é apresentado junto à produção de saberes.

---

<sup>10</sup> Sujeites é mobilizado no presente artigo sob luz das contribuições de Grada Kilomba (2019).

O processo aqui elucidado é nomeado de epistemicídio. Criado por Santos (1995,) mas ampliado incorporando outras nuances por Carneiro (2005), epistemicídio é o processo de produção de indigência cultural. E atua na desqualificação do conhecimento produzido por corpos subalternizados e também, enquanto um mecanismo que impede o acesso e a permanência de pessoas não brancas no cerne da educação formal.

O epistemicídio, enquanto uma ferramenta sofisticada, coloca em curso o impedimento da inserção de pessoas negras dentro dos ambientes acadêmicos. Aponta para a máxima abordada por Spivak (2010), o sujeito subalternizado não pode ser ouvido ou lido. E por isso, a defesa e a ampliação das ações afirmativas, é um tratado a ser feito frente ao racismo e à colonialidade.

O epistemicídio se incorpora numa perspectiva complexa que alicerça a dimensão estrutural e relacional da produção epistêmica e da validação epistemológica. Atingindo também o que tange a não publicação de obras realizadas por autoras não brancas. Especificamente dentro da Antropologia, o não reconhecimento da extensa obra da antropóloga estadunidense Zora Neale Hurston, apesar de seu trabalho estar em diálogo e cooperação direta com pensadoras postas como clássicos da disciplina como Franz Boas e Margareth Mead, demarca a materialização do epistemicídio. Hurston passou a ser compreendida enquanto pioneira nos estudos culturalistas, incorporando práticas culturais, entre eles, aspectos da religiosidade em seus trabalhos através do Vodou Haitiano. Além de estar às voltas com a Antropologia Visual na década de 1930.

Nesta linha, argumentamos, neste artigo, que todos os saberes são construídos em perspectiva parcial, incorporando dinâmicas da experiência. A experiência é um dos pontos de partida do interesse e postulação de questões de pesquisa de sujeitos, como traz Figueiredo (2019). Existe uma relação entre a experiência vivida e a escolha de temas de pesquisa. Isto posto, é possível vislumbrar com o ingresso de estudantes negres e indígenas, pelas ações afirmativas, um novo horizonte na agenda de pesquisa dentro das Ciências Sociais.

Assim, isso se apresenta não apenas na experiência como condução do critério de significado, como parte constituinte das produções, como justificativa para a escolha de determinada abordagem ou a formulação de questões de pesquisas, mas apresenta, por sua vez,

um giro epistemológico, que descentraliza a produção do conhecimento de um eixo euro-norte-americano na seleção de intelectuais e conceitos a serem trabalhados.

Há, portanto, uma retomada de produções de autoras negres, indígenas, latino-americanas (GONZALEZ, 2020 [1988]) e caribenhos dentro das Ciências Sociais, dez anos após as ações afirmativas com o início da consolidação da presença contra-hegemônicas nas universidades. Os corpos não brancos passam a ocupar o espaço das universidades públicas brasileiras e passam a trazer a teoria dos pontos de vista como algo centralizado (COLLINS, 1997). O lugar epistemológico do olhar permeia os modos de fazer epistemológico nesse contexto. Fazendo com que a escolha de bibliografias com as quais se decide dialogar, seja atravessada por esta visão intrínseca a nós mesmas - à experiência.

O que estamos dizendo é que todo conhecimento é situado. Mas a visão falaciosa, do corpo branco como sujeito uno, fez crer no cerne dos modos de fazer dentro das Ciências Sociais de que esta perspectiva era neutra e imparcial.

Retomamos no presente artigo, um argumento anterior, a condução do processo epistêmico está arraigada às subjetividades e à experiência. É incompatível seguir com a reprodução de padrões sob a luz de pensadoras brancas. Nessa direção, as ações afirmativas no contexto brasileiro, trazem consigo uma descentralidade epistemológica, incorporando outros corpos como sujeitos. Há nas ações afirmativas brasileiras, um movimento de retomada da voz, no que aborda Gonzalez (1984), um movimento de dizer em primeira pessoa, em assumir sua própria voz.

Estamos propriamente dizendo em alto e bom som o que faremos a partir de agora, desorganizando uma operação hegemônica. O presente trabalho não tem a presunção de fazer um levantamento quantitativo que analisa numericamente como tem se dado as produções acadêmicas no centro da universidade, mas um esforço que vai ao encontro de pensar corpos enquanto arraigados às suas subjetividades e experiências como supracitado e logo, os indícios da adoção dessa perspectiva são visualizados na confecção de saberes.

Uma dimensão, explorada anteriormente por Kilomba (2019), é de que compreender e adotar os saberes localizados é uma perspectiva que abarca a possibilidade da escuta e reconhecimento enquanto conhecimento válido. E não como uma episteme que se situa no cerne

de uma secundarização do saber, na medida que não é perpetrada por um grupo dominante. Uma vez que somos considerados Outro, o que conduzimos enquanto saber é tido enquanto parcial.

## **5. NÃO IMPLORA, PENHORA A BANDEIRA BRANCA: PARA ONDE VAMOS?**

Como abordado ao longo deste artigo, as subjetividades estão intrínsecas ao fazer epistemológico, consolidados através da experiência. Apresentando, assim, de maneira direta, que os modos de fazer antropológico estão imbricados à experiência vivida, enquanto critério de significado (COLLINS, 2019).

É preciso considerar, não obstante, quais são os horizontes de continuidade e manutenção da política de ações afirmativas após dez anos. Um caminho extenso foi percorrido até o presente momento. No entanto, ainda há muito a percorrer. Quando iniciamos esta escrita, o primeiro docente titular negro da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA) tomou posse. Na cidade mais negra fora do continente africano, que é Salvador, Heron Godinho foi empossado, em 2022, como o primeiro professor titular negro em 76 anos da instituição junto à Faculdade de Direito.

Isso posto, podemos afirmar que dez anos é um tempo incipiente no contexto histórico-político de estarmos no último país do globo a abolir a escravização. Ainda há muito a caminhar. Sobretudo em um contexto de inconsistência política e econômica, sob a luz do neoliberalismo e neoconservadorismo. O atual momento é marcado também pelos efeitos do corte massivo de investimentos nas universidades públicas, que afetam profundamente as políticas de ação afirmativa, uma vez que se o acesso é fundamental, este deve andar de mãos dadas às políticas de permanência. O alcance efetivo dos objetivos da lei, de garantir o acesso igualitário ao ensino universitário, só será alcançado se a permanência de estudantes também for assegurada. Os sucessivos cortes orçamentários nas universidades federais vividos na última década tanto quanto a desvalorização crescente das bolsas de pesquisa impacta fortemente a experiência acadêmica de cotistas, tornando os desafios para a permanência ainda mais árduos. A continuidade da política de ações afirmativas deve compreender a sua ampliação.

Compreendendo a multidimensão da inserção de corpos negres e indígenas nesse espaço sob legado de crises democráticas e econômicas. Colocando como pauta o impedimento da presença de corpos não brancos por fatores institucionais e interinstitucionais, no que tange o contexto de recessão econômica e instituições de poder e sociais enfraquecidas, imbuídas ainda a um momento pós-pandêmico de COVID-19.

Todo o cenário de enfraquecimento institucional, econômico, da alocação da pesquisa no Brasil junto ao baixo incentivo, compreendem para corpos não brancos uma etapa outra do processo de epistemicídio (CARNEIRO, 2005), uma vez que sob a luz de opressões interseccionais, pesquisadoras negres, indígenas e não brancas das classes mais baixas, se situam no impedimento da permanência acadêmica. Mas não apenas essas pessoas são afetadas, como jovens são imbuídas a conduzirem-se ao mercado de trabalho devido ao contexto de dificuldades latentes de inserção nas universidades públicas brasileiras<sup>11</sup>. Mais uma vez, o racismo e a colonialidade podem ser enxergados.

A continuidade e a manutenção das ações afirmativas no Brasil atuam também em um processo de trazer as experiências e problemas de pesquisa antropológicos presentes no Sul global para o eixo central da disciplina antropológica. Como abordado por Connell (2012), o Sul global, e pegando como exemplo o caso brasileiro, experienciou processos coloniais específicos, o que nos faz ter questões epistemológicas para a Antropologia também situadas sob o histórico da colonização brasileira, sendo o último país do mundo a abolir a escravização. Pesquisadoras e intelectuais negres, indígenas e não brancas, que emergem do contexto brasileiro compreendem o olhar epistemológico marcado pela experiência vivida como supracitado.

Enquanto jovens pesquisadoras negras, somos marcadas pelas opressões interseccionais que nos cercaram e moldaram ao longo da nossa trajetória de vida e da vivência acadêmica, mas não apenas isso, mas como a demarcação das nossas vivências sob a luz da cultura negra,

---

<sup>11</sup> O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que se compreende enquanto um exame para ingresso na Graduação em instituições públicas federais e estaduais do país, em 2014 dispôs de 9.519.827 inscrites. No ano de 2021, apenas 4.004.764 inscrições foram efetuadas, segundo dados do INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/enem/2014/noticia/2014/05/inscritos-para-o-enem-2014-somam-mais-de-95-milhoes-anuncia-governo.html>>. Acesso em 10 de dez. 2021. <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/divulgados-os-numeros-de-inscritos-no-enem-2021-por-uf>>. Acesso em 14 de jan. 2022.

através da musicalidade, religiosidade e estética. A episteme situada que é produzida por nós, enquanto mulheres negras cotistas, é marcada por um olhar: o olhar sofisticado de ser um Outro, sob a lógica do conhecimento dominante.

A nossa presença em espaços majoritariamente brancos, como é o espaço acadêmico, subverte a lógica de operação desse *locus*, bem como demarca o nosso dever em devir de nos tornarmos sujeitas da produção epistemológica. As ações afirmativas tornam corpos não brancos, sujeitos da produção epistemológica. Nos deslocando da categoria de Outro e alicerçando novos impulsos para uma retomada dentro das Ciências Sociais.

No segundo semestre de 2022, duas das autoras deste artigo, Sabrina e Rafaela, ofertaram um tópico sobre marcadores sociais da diferença, com uma bibliografia composta sobretudo por mulheres não-brancas. Numa turma repleta de pessoas que haviam ingressado na universidade nos dois anos anteriores, se depararam com estudantes que, mesmo não se dando conta disso, haviam sido fortemente impactadas pelas ações do coletivo *Retomadas Epistemológicas*.

Uma das grandes vitórias do *Retomadas* foi participar ativamente da reforma curricular do curso, convocando docentes a refletirem sobre a indicação de autoras negras para a grade obrigatória de disciplinas. Apesar de a reforma curricular ainda estar percorrendo os trâmites burocráticos para sua aprovação, o debate aberto junto ao colegiado e aos departamentos ofertantes das disciplinas já havia produzido efeitos. Apenas quatro anos depois do início das primeiras mobilizações junto ao colegiado do curso, a turma que encontramos havia tido a oportunidade de debater autoras negras, que, nós próprias, as três autoras deste artigo jamais tivemos a chance de ler no currículo obrigatório de nossa formação na graduação. Os relatos desse pequeno grupo de estudantes, impactadas pelas mudanças curriculares, sobre a sensação de pertencimento promovida pela leitura de Edson Carneiro, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro e outras tantas intelectuais negras sugere que essas mudanças são essenciais para a permanência de estudantes cotistas que passam também a se enxergar como parte de um campo disciplinar.

Pequenas vitórias, como essas, são essenciais para a continuidade da luta. Exatos dez anos da implementação da lei de cotas, em agosto de 2022, ao ofertarmos essa disciplina, foi

revigorante o encontro com estudantes que haviam tido seu primeiro contato com Lélia Gonzalez, não pela busca, por vezes solitária, por intelectuais negres, mas dentro da sala de aula em disciplinas obrigatórias. Lélia provoca ainda, em muitos estudantes, a deliciosa sensação de lerem um texto com profundas críticas ao pensamento social brasileiro, escrito há mais de quarenta anos, mas que, ao mesmo tempo, evoca proximidade e pertencimento.

Finalizamos com um trecho de Lélia, autora icônica do rompimento contra o epistemicídio protagonizado por estudantes negres cotistas em nosso campo disciplinar e que ressalta o caráter coletivo da luta política:

Precisamos ter a paciência revolucionária para verificarmos o seguinte: olha, sabe, não queira abraçar o mundo com pernas e braços, porque não dá jeito e, a partir daí, você tem consciência histórica da temporalidade, do processo, o que vai te permitir ter muito mais tranquilidade no que diz respeito a tua inserção no movimento. Você adquire uma sabedoria. Você verifica sua temporalidade, seu tempo de inserção, o que você pode fazer, e tem a humildade de dizer: eu posso dar essa contribuição e darei com todo o carinho, mas eu não sou o único, não sou o salvador da pátria. (GONZALEZ, 2020, p. 334).

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei. n. 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades; Lei de Cotas nas Universidades; Lei de Cotas Sociais. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, Seção 1, 30 ago. 2012, p. 1.

CARVALHO, Sebastião Carlos Dos Santos. **O impacto das ações afirmativas na estética e na imagem corporal de jovens negros e negras da UNEB, Campus Guanambi**. 2021.237f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/38977>. Acesso em: 28 jul. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese (Doutorado em Educação junto à Área Filosofia da Educação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASSIANO, Ophelia. Guia para “Linguagem Neutra” (PT-BR), 2020. **Medium.** Disponível em: <https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b#:~:text=A%20E%80%9CLinguagem%20Neutra%20n%C3%A3o%20discrimina,do%20machismo%20C3%A9%20o%20binarismo>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CLEMENCIO, M. A. Considerações sobre currículo, diversidades e ações afirmativas no espaço acadêmico. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 149 - 159, 2019. DOI: 10.5965/25944630332019149. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/ensinarmode/article/view/15207>. Acesso em: 27 jul. 2022.

COLEN, Natália Silva; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As políticas de ações afirmativas e a (des) racialização da universidade: em debate a UFRB e seu projeto de universidade negra. **Educação e Políticas em Debate**, v. 11, p. 101-121, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Comment on Hekmans: Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited: Wheres is power?. **Signs**, vol 22. nº 02. Winter, 1997. p. 375-381.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNELL, Raewen. A Iminente Revolução na Teoria Social. **RBCS**, vol. 27, nº 80, Out., 2012.

FELICETTI, V. L.; CABRERA, A. F. Trajectories in higher education: ProUni in focus. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 95, p. 308-329, 2017.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, jan/abr 2012. Disponível em: <

[https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/5298127/mod\\_resource/content/1/%C3%89tnico-racial%202.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/5298127/mod_resource/content/1/%C3%89tnico-racial%202.pdf)>. Acesso em: 01 de ago. de 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Ações Afirmativas, Educação e Relações Raciais: lutas por redistribuição e reconhecimento. **Paidéia (Belo Horizonte)**, v. VIII, p. 151-173, 2012.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Ações Afirmativas, Educação e Relações Raciais: conservação, atualização ou reinvenção do Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**, Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAU, Héilton Diego. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? Não! A voz “delus””. V Simpósio Internacional em Educação Sexual: saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidades de gênero. **Anais do V Simpósio Internacional em Educação Sexual: saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidades de gênero**. Maringá, 2017.

MATOS, Lídia. Transição capilar como movimento estético e político. In: **I Seminário Nacional de Sociologia: “desafios contemporâneos da Sociologia”**. Abr-2016, Sergipe. Anais eletrônicos. p.845-858. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12871/2/TransicaoCapilarMovimento.pdf>. Acesso em 24 ago. 2022.

MATTOS, Wilson Roberto de. Ubuntu: por uma outra interpretação de ações afirmativas na universidade. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p.319-340.

MIGNOLO, Walter: “La razón pos-colonial: Herencias coloniales, teorías postcoloniales”. **Revista chilena de literatura**, Santiago de Chile, 47, p.91-114. noviembre 1995.

NICOLAU, Sofia Maria. Disposições espaciais e padrões discursivos na UFMG: Raça, Gênero e a construção dos sujeitos discentes. **Revista Três Pontos [...]**. Dossiê Epistemologias Negras e Indígena. v. 17 n. 2, 2020.

OLIVEIRA, Valéria Cristina de; VIANA, Mariana M. Gomes; LIMA, Luciana Conceição de. O Ingresso de Cotistas Negros e Indígenas em Universidades Federais e Estaduais no Brasil: Uma Descrição a Partir do Censo da Educação Superior. In: JESUS, Rodrigo Ednilson de. (Org.). **Reafirmando Direitos: Trajetórias de Estudantes Cotistas Negros(as) no Ensino Superior Brasileiro**. Belo Horizonte: Ações Afirmativas no Ensino Superior, 2019. p.135-170.

SANTOS, S. Boaventura. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, n. 16, fev. 1998.

SILVA, Tatiana. **Ação afirmativa e população negra na educação superior** : acesso e perfil discente. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Texto para Discussão (TD), 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10102>>. Acesso em: 08 ago. de 2022.

SILVA, Tulio H. Gomes. **Professor, como assim você nunca leu Lélia Gonzalez?**: Trajetórias e narrativas do Coletivo Retomadas Epistemológicas. Monografia (Graduação Ciências Sociais) 72f. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História**. Curitiba: Huya, 2016.

VASCONCELOS, Carla Maria Sousa Carvalho. **Gente jovem colorida**: trajetórias acadêmicas de estudantes cotistas. 90 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

---

Submetido: 30/01/2023  
Aprovado: 02/11/2023